



**COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DE DEFESA NACIONAL
CREDN**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2022**



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
56ª Legislatura (2019-2022) – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Lincoln Portela

2º Vice-Presidente

André de Paula

1º Secretário

Luciano Bivar

2º Secretário

Odair Cunha

3ª Secretária

Geovânia de Sá

4ª Secretária

Rosangela Gomes

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Alexandre Leite

4º Suplente

Cássio Andrade

Diretor-Geral:

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa:

Ruthier de Sousa Silva

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Presidente:

Deputado Pedro Vilela

1º Vice-Presidente:

Deputado José Rocha

2º Vice-Presidente:

Deputado Claudio Cajado

3º Vice-Presidente:

Deputado Luiz Carlos

Diretoria Legislativa:

Diretora: Luciana da Silva Teixeira

Departamento de Comissões:

Diretor: João Batista Silva Aragão Junior

Secretário-Executivo da CREDN

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

SUMÁRIO

Apresentação	6
Membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	8
Capítulo 1 – Subcomissões	16
Capítulo 2 – Resumo das atividades da Comissão	18
Capítulo 3 – Proposições apreciadas	21
Capítulo 4 – Requerimentos apreciados	27
Capítulo 5 – Sugestões de emendas apresentadas ao Orçamento	32
Capítulo 6 – Audiências Públicas	36
Capítulo 7 – Diplomacia parlamentar	57
Equipe Técnica da CREDN	73
Expediente	73

Apresentação

Em 2022, tive a oportunidade e a honra de presidir a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) pela segunda vez. A primeira, em 2016, foi marcada por um período conturbado na política brasileira, com um processo de *impeachment* presidencial que monopolizou todas as atenções, internas e externas. Este ano, os desafios não foram menores, pois o mundo ainda lida com os impactos causados pela devastadora pandemia da Covid-19 e os desdobramentos de uma guerra na Europa.

Apesar do calendário de trabalho mais curto este ano, em razão das eleições gerais e da Copa do Mundo de Futebol, buscamos conferir ênfase na apreciação das matérias que avaliamos ser mais relevantes e prioritárias, de modo que pudessem ser deliberadas pelo Colegiado ainda dentro da legislatura que ora se encerra. Nesse sentido, foram realizadas 10 reuniões deliberativas, nas quais foram apreciadas 27 proposições, 13 sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e 4 à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2023, e ainda 23 requerimentos apresentados sobre temas de destacado interesse público, reafirmando o compromisso das deputadas e deputados integrantes da CREDN em cumprir com as suas prerrogativas parlamentares.

Destaco, outrossim, que foram realizadas sete audiências públicas, que permitiram aos integrantes da Comissão, e à sociedade em geral, formar opinião sobre as prioridades elencadas por nossas autoridades, civis e militares, quanto à Política Externa Brasileira e a de Defesa Nacional, conforme se verá no bojo deste relatório.

Nessa senda, vale singularizar o comparecimento, neste Colegiado, dos ministros de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, e da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, além dos comandantes das Forças Armadas: Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, da Marinha; General de Exército, Marco Antônio Freire Gomes, do Exército; e o Brigadeiro do Ar, Carlos de Almeida Baptista Júnior, da Aeronáutica. Nessas reuniões, além de conhecermos detalhes sobre as ações e prioridades, tanto do Itamaraty como do Ministério da Defesa, também pudemos trocar impressões e percepções quanto à agenda das três Forças Militares e obter um panorama do cenário internacional, destacando, nesse particular, a importância estratégica da presença do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, vaga que ocupa desde 1º de janeiro de 2022, na qualidade de membro-não permanente.

Paralelamente, exercitamos a diplomacia parlamentar, nas duas áreas – relações exteriores e defesa – que se completam e retroalimentam. Nesta direção, recebi a visita de representantes do Corpo Diplomático estrangeiro e de altas autoridades da área da Defesa, onde priorizei o interesse nacional e o adensamento das relações com as nações amigas, nas mais diferentes áreas de interesse recíproco. Ao longo dessa interação, reforcei o papel do Brasil como um ator confiável e tradicionalmente inclinado à solução pacífica dos conflitos, aspecto este sempre reforçado pelos integrantes da Comissão.

Registro, por derradeiro, que além da presidência da CREDN, também ocupei o cargo de vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), que tem por missão institucional exercer a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra inteligência e de outras a elas relacionadas, desenvolvidas no Brasil ou no exterior por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, especialmente pelos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a fim de assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição Federal e com as normas constantes do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais e do Estado e da sociedade

Acredito que a atuação deste Colegiado Parlamentar contribuiu, de forma expressiva, para fortalecer o papel do Parlamento em sua função fiscalizatória e legiferante nas áreas da defesa nacional e da política externa, colocando em perspectiva a relevância desses temas para a soberania nacional e para a atuação do Brasil nos cenários regional e global.

Ao empenhar atenção aos grandes temas das Relações Exteriores e da Defesa Nacional, a CREDN cumpriu proveitosa agenda, não obstante o calendário legislativo encurtado, conforme destacado alhures. Este Relatório detalha os trabalhos e ações que realizamos durante o ano de 2022, sempre com a participação ativa e dedicada de cada um dos membros do Colegiado, aos quais rendo especial agradecimento, extensivo à competente equipe da Secretaria da Comissão, que contribuiu, meritoriamente, para o êxito dos resultados alcançados.

Encerro minha gestão à frente da CREDN com imensa gratidão e orgulho por ter feito parte desse bem-sucedido esforço coletivo, que marca o encerramento da 56ª legislatura no Parlamento brasileiro.

Brasília, dezembro de 2022.

Deputado Pedro Vilela

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

**MEMBROS DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DE DEFESA NACIONAL**

Presidente e Vice-Presidentes da CREDN



Presidente
DEPUTADO PEDRO VILELA
(PSDB/AL)



1º Vice-Presidente
DEPUTADO JOSÉ ROCHA
(UNIÃO/BA)



2º Vice-Presidente
DEPUTADO CLAUDIO
CAJADO
(PP/BA)



3º Vice-Presidente
DEPUTADO LUIZ CARLOS
(PSDB/AP)

Membros titulares da CREDN



Aécio Neves
(PSDB/MG)



Alexandre Leite
(UNIÃO/SP)



Arlindo Chinaglia
(PT/SP)



Átila Lins
(PSD/AM)



Cássio Andrade
(PSB/PA)



Celso Russomanno
(REPUBLICANOS/SP)



Claudio Cajado
(PP/BA)



David Miranda
(PSOL/RJ)



Damião Feliciano
(UNIÃO/PB)



David Soares
(UNIÃO/SP)



Eduardo Bolsonaro
(PL/SP)



Eduardo da Fonte
(PP/PE)



**Fernando Coelho
Filho**
(UNIÃO/PE)



Henrique Fontana
(PT/RS)



João Carlos Bacelar
(PL/BA)



José Rocha
(PL/BA)

Membros titulares da CREDN



Léo Moraes
(PODE/RO)



Leur Lomanto Júnior
(UNIÃO/BA)



Luiz Carlos
(PSDB/AP)



**Luiz Philippe de
Orleans e Bragança**
(PL/SP)



Marcel van Hattem
(NOVO/RS)



Marcelo Calero
(PSD/RJ)



Márcio Macedo
(PT/SE)



Márcio Marinho
(REPUBLICANOS/BA)



**Marcos Aurélio
Sampaio**
(PSD/PI)



Marília Arraes
(SOLIDARIEDADE/PE)



Nilson Pinto
(PSDB/PA)



Osmar Serraglio
(PP/PR)



Paulão
(PT/AL)



Paulo Bengston
(PTB/PA)



Paulo Ramos
(PDT/RJ)



Pedro Vilela
(PSDB/AL)

Membros titulares da CREDN



Perpétua Almeida
(PCdoB/AC)



**Rogério Peninha
Mendonça**
(MDB/SC)



Rubens Bueno
(CIDADANIA/PR)



Subtenente Gonzaga
(PDT/MG)

Membros suplentes da CREDN



Arnaldo Jardim
(CIDADANIA/SP)



Artur Oliveira Maia
(UNIÃO/BA)



Augusto Coutinho
(REPUBLICANOS/PE)



Átila Lira
(PP/PI)



Carlos Zarattini
(PT/SP)



Caroline de Toni
(PL/SC)



Coronel Armando
(PL/SC)



Daniel Silveira
(PL/RJ)



Eduardo Cury
(PSDB/SP)



Fausto Pinato
(PP/SP)



Fernando Monteiro
(PP/PE)



General Giraõ
(PL/RN)



General Peternelli
(UNIÃO/SP)



Giovanni Feltes
(MDB/RS)



Glauber Braga
(PSOL/RJ)



Jefferson Campos
(PSB/SP)

Membros suplentes da CREDN



Josias Gomes
(PT/BA)



Leonardo Monteiro
(PT/MG)



Luiz Nishimori
(PSD/PR)



Márcio Jerry
(PCdoB/MA)



Paulo Abi-ackel
(PSDB/MG)



**Pedro Augusto
Bezerra**
(PTB/CE)



**Pedro Lucas
Fernandes**
(UNIÃO/MA)



Pedro Westphalen
(PP/RS)



Rafael Motta
(PSB/RN)



Raul Henry
(MDB/PE)



Rodrigo Agostinho
(PSB/SP)



Rodrigo de Castro
(UNIÃO/MG)



Rui Falcão
(PT/SP)



Sargento Fahur
(PSD/PR)



Stefano Aguiar
(PSD/MG)



Tereza Cristina
(PP/MS)

Membros suplentes da CREDN



Vinicius Carvalho
(REPUBLICANOS/SP)



Zé Carlos
(PT/MA)

Capítulo 1

SUBCOMISSÕES

SUBCOMISSÕES

SUBCOMISSÕES PERMANENTES:

1) Subcomissão Permanente sobre políticas migratórias

Criada pelo Requerimento nº 6/2019-CREDN, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

2) Subcomissão Permanente sobre indústria nacional de defesa e parcerias internacionais na área de Defesa Nacional

Criada pelo Requerimento nº 7/2019-CREDN, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança e da Deputada Perpétua Almeida.

3) Subcomissão Permanente para acompanhar os acordos firmados com organismos internacionais

Criada pelo Requerimento nº 43/2019-CREDN, de autoria do Deputado Aécio Neves.

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS:

1) Subcomissão Especial para analisar a questão do tráfico internacional de seres humanos e seus desdobramentos

Criada pelo Requerimento nº 20/2022-CREDN, de autoria da Deputada Carla Dickson.

2) Subcomissão Especial sobre a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Criada pelo Requerimento nº 35/2021-CREDN, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

3) Subcomissão Especial em apoio às operações especiais das Forças Armadas

Criada pelo Requerimento nº 15/2021-CREDN, de autoria do Deputado Vítor Hugo.

Observação: Ao longo do ano de 2022, não obstante os atos de constituição, não houve a instalação de nenhuma das subcomissões acima elencadas (permanentes e especiais).

Capítulo 2

RESUMO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Reunião de Instalação e Eleição	01
Reuniões Deliberativas	13
<p>Audiências Públicas</p> <p><u>Audiências Públicas com presença de Ministros de Estado:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Audiência pública realizada em 18/05/2022, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França.</i> ● <i>Audiência Pública realizada em 06/07/2022, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e dos Comandantes das Forças Armadas: Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos (Comandante da Marinha), General de Exército Marco Antônio Freire Gomes (Comandante do Exército), Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Júnior (Comandante da Aeronáutica).</i> <p><u>Audiências Públicas conjuntas com presença de Ministros de Estado:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, realizada em 14/06/2022, com a presença do Ministro de Estado das Comunicações, Senhor Fábio Faria.</i> <p><u>Audiência Pública conjunta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, realizada em 31/05/2022 para debater acerca dos impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia.</i> 	7

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Proposições apreciadas: <i>Mensagem (MSC); Projeto de Lei Ordinária (PL) e Projeto de Decreto Legislativo (PDL)</i>	MSC: 12 PL: 4 PDL: 11
Requerimentos apreciados	23
Sugestões de Emendas à LDO/2023	13
Sugestões de Emendas à LOA/2023	4
Visitas diplomáticas	7

Capítulo 3

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

- MSC 652/2018** PODER EXECUTIVO - Submete à deliberação dos membros do Congresso Nacional, os termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre a Previdência Social.
Aprovada em 08/06/22.
- PDL 933/2021** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto Do texto da Ementa ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinado em Montevideu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018.
Aprovada em 21/06/22.
- MSC 99/2022** PODER EXECUTIVO - Texto da proposta de adesão do Brasil ao Ato de Genebra do Acordo de Haia, sobre o Registro Internacional de Desenhos Industriais, concluído em Genebra, na Suíça, em 2 de julho de 1999.
Aprovada em 29/06/22.
- PDL 929/2021** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.
Aprovada em 29/06/22.
- PL 2422/2019** PEDRO LUCAS FERNANDES - Altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para dispor sobre o serviço voluntário de reservistas.
Aprovada em 03/08/22.
- MSC 412/2021** PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2019.
Aprovada em 23/11/22.

- MSC 428/2022** PODER EXECUTIVO - Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a Corte Permanente de Arbitragem, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2017.
Aprovada em 23/11/22.
- PDL 932/2021** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Montevideú, em 7 de novembro de 2013.
Aprovada em 23/11/22.
- PDL 161/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019.
Aprovada em 23/11/22.
- PDL 171/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideú sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.
Aprovada em 23/11/22.
- PL 1584/2021** CORONEL ARMANDO - Dispõe sobre a reciclagem de embarcações.
Aprovada em 23/11/22.
- SBT-A 1 CMADS => COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PL 1584/2021** Substitutivo adotado ao PL 1584/2021 - CMADS que dispõe sobre a reciclagem de embarcações.
Aprovada em 23/11/22.
- MSC 557/2019** PODER EXECUTIVO - Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.
Aprovada em 14/12/22.
- MSC 446/2020** PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o texto do Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-

Organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes, assinado em Budapeste, em 28 de abril de 1977 e modificado em 26 de setembro de 1980.

Aprovada em 14/12/22.

MSC 310/2021 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita sobre a Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países, firmado em Riade, em 30 de outubro de 2019.

Aprovada em 14/12/22.

MSC 27/2022 PODER EXECUTIVO - Submete à consideração dos membros do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2020.

Aprovada em 14/12/22.

MSC 170/2022 PODER EXECUTIVO - Texto da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, assinado em Díli, Timor-Leste, em 24 de julho de 2015.

Aprovada em 14/12/22.

MSC 171/2022 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, assinado em Brasília, em 20 de janeiro de 2010.

Aprovada em 14/12/22.

MSC 174/2022 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019.

Aprovada em 14/12/22.

MSC 175/2022 PODER EXECUTIVO - Texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji, assinado em Brasília, em 1º de novembro de 2013.

Aprovada em 14/12/22.

- PDL 928/2021** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Texto Do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão CMC nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.
Aprovada em 14/12/22.
- PDL 159/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados Partes do MERCOSUL, em 17 de julho de 2019.
Aprovada em 14/12/22.
- PDL 160/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Protocolo sobre Transferência de Pessoas Sujeitas a Regimes Especiais (Complementar ao Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile), celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005.
Aprovada em 14/12/22.
- PDL 163/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no MERCOSUL, assinado em Montevideu, em 17 de dezembro de 2018.
Aprovada em 14/12/22.
- PDL 168/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Acordo Sobre Mecanismo de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, firmado em Santa Fé, República Argentina, em 16 de junho de 2019.
Aprovada em 14/12/22.
- PDL 170/2022** REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. - Aprova o texto do Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo, aprovado pela Decisão CMC nº 36/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.
Aprovada em 14/12/22.
- PL 660/2021** MAJOR FABIANA - Estabelece a aplicabilidade da Lei de Execução Penal aos condenados pela Justiça Militar, quando não houver norma específica ou quando essa for omissa.
Rejeitada em 08/06/22.

PL 829/2021

NEREU CRISPIM - Altera a redação da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço voluntário de prevenção de crimes (programas de vigilância de bairro ou sentinela voluntário).

Rejeitada em 03/08/22.

Capítulo 4

REQUERIMENTOS APRECIADOS

REQUERIMENTOS APRECIADOS NA COMISSÃO

- REQ-1/2022** PEDRO VILELA - Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, para que apresente aos membros da CREDN as prioridades para a Defesa Nacional para o ano de 2022.
- Aprovado** em 04/05/22.
- REQ-2/2022** PEDRO VILELA - Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que apresente aos membros da CREDN as prioridades da Política Externa brasileira para o ano de 2022.
- Aprovado** em 04/05/22.
- REQ-3/2022** RUBENS BUENO - Requer a realização de audiência pública a fim de debater a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, por parte do Brasil e do Paraguai.
- Aprovado** em 04/05/22.
- REQ-4/2022** PERPÉTUA ALMEIDA - Solicita convite ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, para comparecer no âmbito desta Comissão, apresentar as prioridades da pasta para o ano de 2022 e avaliação dos impactos geopolíticos do conflito entre Rússia e Ucrânia para o Brasil.
- Aprovado** em 04/05/22.
- REQ-5/2022** PERPÉTUA ALMEIDA - Solicita convite ao Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Senhor Embaixador Carlos Alberto Franco França para comparecer no âmbito desta Comissão, apresentar o planejamento da pasta para o ano de 2022, avaliação dos impactos geopolíticos do conflito entre Rússia e Ucrânia para o Brasil, a questão da entrada do Brasil na OCDE e os impasses atuais no MERCOSUL.
- Aprovado** em 04/05/22.
- REQ-7/2022** PAULÃO - Requer que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, informações sobre a visita da Subsecretária de Assuntos Políticos dos EUA ao Brasil.

- Aprovado** em 11/05/22.
- REQ-9/2022** JOSÉ ROCHA - Requer a realização de audiência pública para debater o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com a presença do Contra-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, da Marinha do Brasil.
- Aprovado** em 11/05/22.
- REQ-10/2022** PERPÉTUA ALMEIDA - Requer realização de audiência pública conjunta para debater o conflito entre Rússia e Ucrânia abordando os impactos da guerra no cenário geopolítico global, os efeitos no agronegócio, na economia e sociedade, bem como, a posição brasileira relativa ao conflito.
- Aprovado** em 11/05/22.
- REQ-11/2022** LEONARDO MONTEIRO - Requer a realização de audiência pública para discutir os impactos da imigração e as condições de detenção e deportação de imigrantes brasileiros vindos dos Estados Unidos.
- Aprovado** em 11/05/22.
- REQ-13/2022** PAULO RAMOS - Requer a realização de Audiência Pública para debater o papel Constitucional das Forças Armadas e o Estado Democrático de Direito.
- Aprovado** em 25/05/22.
- REQ-15/2022** PERPÉTUA ALMEIDA - Requer realização de audiência pública para debater os impactos econômicos do conflito entre Rússia e Ucrânia na indústria de nacional de defesa do Brasil.
- Aprovado** em 25/05/22.
- REQ-16/2022** PERPÉTUA ALMEIDA - Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, senhor Fábio Faria, para prestar esclarecimentos sobre o Programa CONECTA AMAZÔNIA a ser desenvolvido pela empresa Starlink do empresário Elon Musk.
- Aprovado** em 25/05/22.
- REQ-20/2022** CARLA DICKSON - Solicita a criação de Subcomissão Especial para analisar a questão do tráfico internacional de seres humanos, e seus desdobramentos no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Aprovado em 21/06/22.

REQ-21/2022

CARLA DICKSON - Solicita a extinção da Subcomissão Especial para acompanhamento à aquisição das vacinas e insumos ao enfrentamento da pandemia de COVID -19 no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Aprovado em 21/06/22.

REQ-22/2022

LEONARDO MONTEIRO - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater a Segurança Alimentar e Nutricional no mundo a partir do relatório do sistema ONU.

Aprovado em 21/06/22.

REQ-18/2022

PERPÉTUA ALMEIDA - Requer realização de audiência pública para debater os impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia nos países que compõem o BRICS, sobretudo no agronegócio, nos preços dos derivados do petróleo e de outras commodities, nas áreas de ciência e tecnológica, bem como, nas atividades econômicas, os efeitos geopolíticos e na cooperação entre os BRICS.

Aprovado em 29/06/22.

REQ-23/2022

LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA - Requer a realização de audiência pública para debater os acordos do MERCOSUL que tramitam na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Aprovado em 29/06/22.

REQ-29/2022

EDUARDO BOLSONARO - Requer a realização de audiência pública para discutir o teor das delações feitas pelo empresário e publicitário Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal, acerca do envolvimento do crime organizado transnacional na política brasileira e os seus impactos à soberania nacional e integridade territorial do país.

Aprovado em 03/08/22.

REQ-6/2022

GLAUBER BRAGA - Requer a convocação do Ministro de Estado da Defesa para falar sobre a disparada na concessão de registros de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs) em todo o país e as ações adotadas para a fiscalização das armas e munições de posse dos detentores desse registro.

Rejeitado em 11/05/22.

REQ-17/2022

DAVID MIRANDA - Requer aprovação de Moção de Repúdio ao Estado de Israel pelo assassinato da jornalista e repórter palestino-americana Shireen Abu Akleh.

Rejeitado em 25/05/22.

REQ-12/2022

GLAUBER BRAGA - Requer a convocação do Excelentíssimo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sr. Augusto Heleno, para prestar esclarecimentos sobre reunião com o diretor da CIA em julho de 2021.

Rejeitado em 14/06/22.

REQ-14/2022

PAULÃO - Requer a convocação do Senhor Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a fim de prestar esclarecimentos acerca do sigilo (grau "reservado") imposto a informações de funcionários lotados no Gabinete Regional da Presidência da República no Rio de Janeiro.

Rejeitado em 14/06/22.

REQ-19/2022

LEONARDO MONTEIRO - Requer a realização de Audiência Pública Conjunta, com as Comissões de Cultura, de Direitos Humanos e Minoria e de Legislação Participativa, para tratar sobre os conflitos Israel e Palestina e a NAKBA, palavra árabe que significa "tragédia" que se abateu sobre o povo palestino com a criação do estado de Israel

Rejeitado em 14/06/22.

Capítulo 5

SUGESTÕES DE EMENDAS

APRESENTADAS AO ORÇAMENTO

SUGESTÕES DE EMENDAS AO ORÇAMENTO APROVADAS NA COMISSÃO

I - SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023 (LDO) – PROJETO DE LEI Nº 5/2022-CN

(Aprovadas na Reunião Deliberativa Extraordinária da CREDN de 14 de junho de 2021)

Sugestão de emenda nº 01: destinada à Marinha do Brasil (Emenda de Meta) – propõe a inclusão do programa de desenvolvimento de submarinos (PROSUB) e o programa nuclear da marinha (PNM) no anexo de metas prioritárias da LDO 2023.

Sugestão de Emenda nº 02: destinada à Marinha do Brasil (Emenda de Texto) – propõe incluir um inciso na seção I, do anexo III do PLN 5, de 2022, para contemplar despesas relacionadas ao ensino profissional marítimo.

Sugestão de Emenda nº 03: destinada ao Exército Brasileiro (Emenda de Texto) – propõe inserir na Seção I (Despesas Primárias Obrigatórias) do Anexo III do PLDO 2023, dispositivo para contemplar as atividades de registro e fiscalização de produtos controlados, em conformidade com o que prevê o comando previsto no artigo 142 da Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais.

Sugestão de Emenda nº 04: destinada à Aeronáutica (Emenda de Meta) - propõe a inclusão de Meta para contemplar a aquisição de mais duas unidades do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas – Projeto KC – 390 (Ação 14XJ).

Sugestão de Emenda nº 05: destinada à Aeronáutica (Emenda de Meta) - propõe a inclusão de Meta para contemplar a aquisição de mais 05 (cinco) unidades de aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2 (Ação 14TO).

Sugestão de Emenda nº 06: destinada à Aeronáutica (Emenda de Texto) - propõe a inclusão de um novo artigo no capítulo VI do PLN 05, de 2022, para contemplar contratos de financiamento internacional, de modo a viabilizar a manutenção do registro contábil dos restos a pagar não-processados (RPNP) referentes às despesas decorrentes de contratos de aquisição de bens financiados por meio de operações de crédito externas.

Sugestão de Emenda nº 07: destinada à Aeronáutica (Emenda de Texto) - propõe a modificação do inciso I do artigo 69, constante do capítulo IV, seção IX, do PLN 5/2022, relacionado à execução provisória no PLOA/2023, de modo a garantir a continuidade dos projetos prioritários compreendidos no PPA 2020-2023.

Sugestão de Emenda nº 08: destinada ao Ministério da Defesa (Emenda de Texto) - propõe acrescentar no anexo III do PLN 5/2022, a seção III, juntamente com as respectivas ações a serem ressalvadas, para prever as despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do disposto no artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sugestão de Emenda nº 09: destinada ao Ministério da Defesa (Emenda de Texto) - propõe alterar o inciso IV, do parágrafo 10, do artigo 48, do PLN 05/2022, para abranger a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (Enbpar), e as empresas públicas vinculadas ao setor estratégico de defesa.

Sugestão de Emenda nº 10: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) - propõe a inclusão de um inciso na seção I do anexo III do PLN 05/2022, para prever despesas com contratados locais dos postos de representações diplomáticas e repartições consulares do Brasil no exterior.

Sugestão de Emenda nº 11: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) - propõe a inclusão de um inciso na seção I do anexo III do PLN 05/2022, para prever despesas com auxílio moradia (residência funcional) para os servidores do Ministério das Relações Exteriores no exterior.

Sugestão de Emenda nº 12: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) - propõe a inclusão de um inciso na seção I do anexo III do PLN 05, de 2022, para prever despesas com aluguel de imóveis e representações diplomáticas e consulares do Brasil no exterior.

Sugestão de Emenda nº 13: destinada ao Ministério das Relações Exteriores (Emenda de Texto) - propõe a inclusão de um inciso na seção I do anexo III do PLN 05, de 2022, para prever despesas com mecanismos de remoção de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

II - SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2023 (PLOA/2023) – PLN 32/2022

(Aprovadas na Reunião Deliberativa Extraordinária da CREDN de 26 de outubro de 2022)

Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada à Marinha do Brasil.

Descrição da Ação: Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) – Classe Macaé.

Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação/acrécimo de despesa) – destinada ao Exército Brasileiro.

Descrição da Ação: Implantação do Projeto Forças Blindadas – aquisição de viaturas blindadas.

Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação/acrécimo de despesa) – destinada à Aeronáutica.

Descrição da Ação: Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-390).

Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação/acrécimo de despesa) – destinada ao Ministério das Relações Exteriores.

Descrição da Ação: Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica.

Capítulo 6

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

18 de maio de 2022

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:
COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO
FRANCO FRANÇA**



Alexsandro Loyola/Câmara dos Deputados

O ministro das Relações Exteriores, embaixador Carlos Alberto Franco França, participou de audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), em 18 de maio de 2022.

Em atendimento ao Requerimento nº 2/2022-CREDN, de autoria do presidente da CREDN, deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), subscrito pelos Deputados General Girão (PL/RN), José Rocha (UNIÃO/BA), Marcelo Calero (PSD/RJ) e Paulão (PT/AL) e ao Requerimento nº 05/2022-CREDN, de autoria da Deputada PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB/AC), o embaixador foi convidado para falar sobre as prioridades da pasta em 2022 e sobre outros temas da política externa brasileira.

O ministro, além de destacar os avanços conquistados no período à frente do Itamaraty, também assegurou aos deputados presentes que o MERCOSUL segue sendo prioridade, assim como a ratificação dos acordos comerciais com a União Europeia (UE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, sigla em inglês para *European Free Trade Association*).

França defendeu, ainda, o que chamou de “diplomacia dos fertilizantes”, em que o Brasil discute com diferentes países, a importação do insumo.

O deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), presidente da CREDN destacou que “desde o primeiro momento, o ministro colocou-se à disposição da CREDN e ao permanecer aqui por mais de quatro horas, o chanceler deu mais uma demonstração do seu respeito com essa Casa e com essa Comissão. Tivemos a oportunidade de explorar diferentes assuntos e o ministro não se furtou de responder a nenhum dos deputados presentes”.

Segundo Pedro Vilela, “o ministro nos transmitiu as grandes linhas da nossa Política Externa e os esforços que têm sido realizados para que o processo de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) seja concluído em breve, bem como a importância do MERCOSUL e a posição adotada em relação à guerra no Leste Europeu. É papel da CREDN, agora, respaldar todas aquelas agendas que têm o interesse nacional como principal objetivo”, explicou.

O embaixador Carlos França ressaltou que “concentramos nossos esforços no combate à pandemia, na promoção da recuperação da atividade econômica e nas questões relativas ao desenvolvimento sustentável e que a esse conjunto de desafios somou-se, mais recentemente, um agravamento da situação internacional em decorrência do conflito na Ucrânia, com todos os seus impactos geopolíticos, econômicos e humanitários”.

Em relação à pandemia, o ministro destacou o que chamou de “diplomacia da saúde” ou o trabalho para garantir o fornecimento de vacinas contra a Covid-19 para a população. “O presidente Bolsonaro conseguiu pelos menos 800 milhões de doses de vacina para a população, por intermédio do Ministério da Saúde, de maneira gratuita a quem queira se vacinar”, listou Carlos França.

No que concerne à guerra no Leste Europeu, o ministro revelou que a posição do Brasil em relação ao conflito tem sido elogiada por diferentes países e que o presidente Jair Bolsonaro se colocou à disposição para integrar um grupo de líderes políticos dispostos a dialogar com o presidente russo Vladimir Putin e Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia. O assunto foi tratado recentemente pelos chanceleres do Brasil e da Turquia.

Carlos França reconheceu, também, a importância de se trabalhar para assegurar o estoque de fertilizantes para os produtores brasileiros. De acordo com ele, “a nossa prioridade é, como não poderia deixar de ser, assegurar o fornecimento contínuo de fertilizantes para a nossa produção agrícola. Ao mesmo tempo, temos buscado identificar fontes alternativas e sustentáveis para a aquisição desses insumos agrícolas. Mantemos, por exemplo, diálogo com diversos países produtores, como Arábia Saudita, Canadá, Irã e Nigéria”, detalhou.

O Brasil tem discutido, também, a possibilidade de emissão de uma licença especial para a importação de fertilizantes de países sob sanção, como o Irã e a própria Rússia. Carlos França

revelou que tanto ele como o próprio presidente da República, têm dialogado com ministros e chefes de Estado a esse respeito.

Em relação ao Tratado de Livre Comércio MERCOSUL-União Europeia, o ministro assinalou que a guerra no Leste Europeu “ampliou a sua relevância e a importância de se criar a base para uma cooperação de longo prazo com o MERCOSUL e a América Latina de modo geral.”

A respeito da avaliação da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) sobre a participação do Brasil no BRICS (agrupamento econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o chanceler negou que a relação brasileira com o grupo esteja sendo colocada de lado, ressaltando a própria participação em reuniões do bloco.

Em referência à pauta ambiental, o deputado Marcel van Hattem (NOVO/RS) questionou sobre a imagem do Brasil no plano internacional. O ministro destacou o compromisso do governo com a preservação e que não existe uma política de destruição deliberada do meio ambiente. França apontou ainda a ativa participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), em novembro de 2021. Entre os destaques, ele citou a antecipação de 2060 para 2050 da meta brasileira de zerar as emissões de carbono na atmosfera.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leq.br/evento-legislativo/65139>

31 de maio de 2022

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA: IMPACTOS DO CONFLITOS ENTRE A RÚSSIA E A UCRÂNIA



Billy Boss/Câmara dos Deputados

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta em 31 de maio de 2022 sobre os impactos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Em atendimento ao Requerimento nº 10/2022-CREDN, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), e ao Requerimento nº 6/2022-CDEICS, de autoria da Deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), subscrito pelos deputados Sidney Leite (PSD/AM), Alexis Fonteyne (NOVO/SP), Otto Alencar Filho (PSD/BA) e Delegado Pablo (UNIÃO/AM), o evento teve por objetivo debater o conflito entre os dois países, abordando os impactos da guerra no cenário geopolítico global, os efeitos no agronegócio, econômicos e sociais no Brasil.

Expositores na Audiência Pública:

- Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto: Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores (MRE);

- Natália Sampaio Sene Fernandes: Coordenadora do Núcleo de Inteligência de Mercado da Diretoria Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Ronaldo Carmona: Professor da Escola Superior de Guerra (ESG); e
- Raphael Padula: Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os especialistas e acadêmicos que participaram da audiência convergiram para o entendimento de que a Guerra no Leste da Europa representa um desafio para o Brasil em termos energéticos e de produção de alimentos.

O embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores, destacou que o país está pronto para contribuir com o diálogo entre as partes. A exemplo do que dissera o ministro Carlos França, também na CREDN, no dia 18 de maio, ele apontou que o país não vê outra alternativa à solução do conflito que não passe pelo Conselho de Segurança da ONU e o diálogo entre todos os atores envolvidos. “Expulsar a Rússia de organismos não resolve o conflito. Defendemos a pronta investigação de todas as violações cometidas durante o conflito e entendemos que o grande risco das sanções é que suas consequências recairão sobre os demais países e afetará o sistema de comércio global”, explicou o representante do Itamaraty.

Nathalia Sampaio Sene Fernandes, coordenadora do Núcleo de Inteligência de Mercado da Diretoria Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, mencionou “o grande impacto na inflação dos alimentos e produtos energéticos. O gás natural subiu mais de 100%, o trigo, 60%. A elevação nos preços ameaça a segurança alimentar, pois há ainda uma tendência de aumento dos preços, de acordo com o Banco Mundial. Mesmo que o conflito terminasse, a tendência de aumento nos preços se manterá por algum tempo”, destacou.

Ela assinalou, ainda, que o mapeamento geológico no Brasil abarca apenas 26% do território e isso teria de ser ampliado para que o país busque alternativas que reduzam a sua dependência de fertilizantes. “O mundo já vem de uma queda nos estoques mundiais de grãos, o que é mais um elemento a pressionar a alta nos preços. Estados Unidos, México e França são alguns dos países que têm adotado medidas de incentivo para a produção de alimentos e isso é positivo”, ressaltou.

Já o professor Ronaldo Carmona, da Escola Superior de Guerra, entende que há um impasse em relação à guerra, pois Rússia e Ucrânia não reúnem condições de conquistar uma vitória militar. Segundo ele, “a posição do Brasil guarda equidistância do conflito para reunir condições de dialogar com todos os atores envolvidos e atende melhor aos interesses nacionais”, ponderou.

Ele também defendeu mudança na política industrial brasileira, “uma vez que há uma recomposição por parte dos demais países diante de um cenário de crise de energia, crise de alimentos, e crise financeira e monetária”, afirmou. “Todos os grandes países passam a considerar como prioridade o fator de segurança nacional no que diz respeito à obtenção de bens ou insumos críticos ou vitais. Essa é uma questão de que o Brasil, certamente, precisa tirar lições no sentido de reconstrução de sua capacidade industrial”, recomendou.

Raphael Padula, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, focou nos Estados Unidos e no seu histórico de intervenções que são justificadas sempre que a supremacia militar norte-americana é ameaçada. “É o caso, agora, da guerra na Europa, estimulando o expansionismo da OTAN e interferindo na Ucrânia para manter ali um governo simpático aos seus interesses. O complexo industrial-militar dos EUA também tem esse interesse na guerra”, afirmou.

A deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), uma das autoras do pedido para a realização da audiência, argumentou que o Parlamento pode contribuir na busca por soluções diplomáticas para o conflito armado.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65370>

1º de junho de 2022

AUDIÊNCIA PÚBLICA: REVISÃO DO ANEXO C DO TRATADO DE ITAIPU



Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, em 1º de junho de 2022, audiência pública para debater a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu.

Em atendimento ao Requerimento nº 3/2022-CREDN, de autoria do Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR), o evento teve por objetivo discutir a negociação sobre as condições de comercialização da energia gerada pela Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973 por Brasil e Paraguai, regula o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, pertencente às duas nações. O anexo C do tratado trata das condições dessa comercialização e vence em 2023. Essa negociação será acompanhada pelo Ministério das Relações Exteriores e por um grupo de trabalho criado pelo Ministério das Minas e Energia. Com 20 unidades geradoras, a hidrelétrica de Itaipu produz em torno de 8,4% do total da energia consumida no Brasil e quase 85,6% da paraguaia.

Expositores na Audiência Pública:

- Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva – Secretário de Negociações Bilaterais e Multilaterais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Vice-Almirante Anatalício Ridsen Junior – Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu Binacional;

- Agnes da Costa – Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do Ministério das Minas e Energia (MME).

O deputado Rubens Bueno, autor do requerimento de realização da audiência, destacou que pelo tratado, o Brasil tem direito a 50% dos 14 mil megawatts de potência da usina, e compra cerca de 30% do Paraguai, pelo mesmo preço, já que aquele país não tem demanda para toda a energia que a hidrelétrica dispõe”. Por isso é importante saber “se o Paraguai continuará cedendo a energia ao Brasil ou se prefere ter alternativas, como a venda no mercado livre, ou fomentar a instalação de indústrias eletro intensivas”, ressaltou.

Os representantes do governo afirmaram que o Brasil está negociando a redução da tarifa de energia gerada em Itaipu. Encontra-se também em discussão a obrigatoriedade de o país vizinho vender para o Brasil a energia excedente de Itaipu, sendo que cada um tem direito à metade da geração. Hoje, o Brasil compra 30% da parte paraguaia. Para o Paraguai, a energia de Itaipu significa 85,6% do total consumido. Para o Brasil, 8,4%. Na revisão do acordo, o Paraguai pode pedir para vender livremente a sua parte e esse é um dos pontos que devem ser negociados até agosto de 2023.

O diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, o vice-almirante Anatalício Riden Júnior, defendeu a redução da tarifa, mas, segundo ele, o Paraguai quer manter o valor atual. Informou, ainda, que o Brasil dispõe de estudos que demonstram que o Paraguai deve necessitar do total da sua parte na geração da usina só daqui a dez anos.

O embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Multilaterais nas Américas do MRE, ao ser questionado sobre relatório produzido pela Controladoria-Geral do Paraguai em relação à situação financeira de Itaipu, ressaltou que “só uma comissão binacional de contas pode, na visão do governo brasileiro, realizar uma auditoria nas finanças da usina. O Brasil não reconhece nenhuma outra autoridade para tratar essa questão”. A posição foi reforçada pelo diretor-geral brasileiro da usina.

A chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do Ministério das Minas e Energia, Agnes da Costa, ressaltou o papel daquela Pasta como suporte técnico das negociações conduzidas pelo Ministério de Relações Exteriores. Destacou a constituição, no âmbito do MME, de um grupo de trabalho composto de vários setores do Ministério e com a participação de especialistas de outros órgãos e entidades do setor elétrico, da sociedade civil e de associações. De acordo com Agnes da Costa, os resultados alcançados por este grupo subsidiarão o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu.

Durante a reunião, as autoridades também revelaram que a construção de eclusas não está sendo negociada e que não existe a possibilidade de mediadores internacionais nas negociações.

Quanto à redução da tarifa de energia elétrica para o consumidor brasileiro, Anatalício Riden afirmou que se trata de algo extremamente complexo. “Diminuir os custos de Itaipu não necessariamente impacta na redução da tarifa para o consumidor”, disse. Ainda segundo ele, a dívida hoje por Itaipu está na casa dos US\$ 1,4 bi, que estará completamente paga em 2023.

Riden também esclareceu que “quem financiou a construção da usina e deu todas as garantias foi o Brasil. Foi o Brasil que viabilizou o projeto nesses 50 anos e nós sabemos que Itaipu tem, como missão, não apenas produzir energia, mas cuidar do desenvolvimento social e econômico do Brasil e do Paraguai”.

O deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) argumentou que o Legislativo não tinha conhecimento pleno do que tem sido negociado entre as partes.

Ao final da audiência, o deputado Rubens Bueno afirmou que “foi um excelente debate, muito esclarecedor e que nos permite saber, na essência, como um assunto tão estratégico quanto sensível está sendo conduzido pelas autoridades brasileiras”.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65372>

8 de junho de 2022

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:
PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO
(PROANTAR)**



Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, em 8 de junho de 2022, audiência pública para debater a situação dos programas e projetos em execução no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

Em atendimento ao Requerimento nº 9/2022-CREDN, de autoria do Deputado José Rocha (UNIÃO/BA), o evento teve por objetivo discutir os prejuízos causados pela pandemia de Covid-19 e pelas as medidas restritivas impostas às pesquisas científicas no âmbito do PROANTAR.

Criado em janeiro de 1982, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) tem por objetivo a promoção de pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na região antártica, com a finalidade de compreender os fenômenos que ali ocorrem e que tenham repercussão global e, em particular, sobre o território brasileiro, bem como garantir ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, alcançada em 1983, que assegura a plena participação do Brasil nos processos decisórios relativos ao futuro do Continente Branco.

Expositor na Audiência Pública:

- Contra-Almirante Marco Antônio Linhares Soares: Secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar da Marinha do Brasil.

O contra-almirante Marco Antônio Linhares Soares, secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar da Marinha do Brasil, ressaltou a importância dos recursos alocados ao programa por meio das emendas parlamentares, exemplificando que os laboratórios da nova estação antártica foram viabilizados com recursos advindos dessas emendas. “As emendas parlamentares são fundamentais para a continuidade da saúde do PROANTAR”, afirmou. Para o atual exercício, o programa conta com R\$ 4.6 milhões apenas em emendas destinadas por parlamentares.

O PROANTAR conta com outros R\$ 30 milhões para a manutenção e operação dos navios, e R\$ 70 milhões em combustíveis, bancados pela Petrobras. “Sem os recursos destinados pelas emendas, não teríamos como manter o programa em funcionamento”, completou.

Uma das preocupações dos responsáveis pelo programa, diz respeito justamente aos recursos orçamentários. Além disso, há uma dívida do PROANTAR com organismos internacionais, de cerca de US\$ 500 mil.

O almirante Linhares também aproveitou para destacar a construção de um navio de apoio antártico, por um estaleiro brasileiro, do Espírito Santo. Serão gerados, segundo ele, até 600 empregos diretos e outros 6 mil indiretos. Esta é a primeira vez que um navio polar é projetado e construído, no Brasil.

O deputado José Rocha (UNIÃO/BA), presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao PROANTAR, afirmou que “com retomada da normalidade, julgamos necessária a realização da audiência pública para que possamos conhecer a situação atual dos programas e projetos em execução”.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65439>

14 de junho de 2022

**AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA:
COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DAS
COMUNICAÇÕES, FÁBIO FARIA**



Billy Boss/Câmara dos Deputados

O Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, compareceu à audiência pública conjunta realizada, em 14 de junho de 2022, pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Fiscalização Financeira e Controle; e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados.

A audiência atendeu aos Requerimentos nº 16/2022-CREDN, de autoria da deputada Perpétua Almeida; nº 2/2022-CCTCI, do deputado Milton Coelho; nº 24/2022-CCTCI, da deputada Perpétua Almeida; nº 25/2022-CCTCI, dos deputados Merlong Solano e Leo de Brito, subscrito pela deputada Luiza Erundina; nº 27/2022-CCTCI, do deputado Milton Coelho, subscrito pelo deputado Merlong Solano; nº 17/2022-CFFC, do deputado Leo de Brito; nº 42/2022-CFFC, do deputado Ivan Valente, subscrito pelos deputados Jorge Solla e Elias Vaz; e nº 17/2022-CINDRA, da deputada Vivi Reis, subscrito pelos deputados Capitão Alberto, José Ricardo, Célio Moura e João Daniel.

O ministro Fábio Faria foi convidado para explanar sobre o Planejamento da pasta para o ano de 2022 e prestar esclarecimentos sobre o projeto de conectividade e monitoramento da Amazônia a ser desenvolvido por meio de parceria com a empresa Starlink, do

empresário Elon Musk, e sobre notícia de suposta interferência da pasta na Anatel para autorizar a Starlink a operar no Brasil.

Em janeiro de 2022, a Starlink recebeu aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para oferecer serviços de internet por satélite no Brasil. A autorização tem abrangência nacional, mas o foco é suprir gargalos do setor com a expansão da cobertura em áreas rurais e na Amazônia, onde a infraestrutura de fibra óptica é deficiente.

Durante sua exposição, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, defendeu o uso da rede de satélites Starlink, da SpaceX, empresa do empresário Elon Musk, para a conexão de escolas em áreas rurais e o monitoramento da Amazônia. "O único satélite que pode fazer essa conexão é o da Starlink", afirmou o ministro, lembrando que 40 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet. Porém, fez a ressalva de que a palavra final sobre a contratação é das empresas vencedoras do leilão do 5G (Oi, Claro, Vivo e Tim), as quais decidirão sobre o uso de fibra ou a contratação da empresa de satélites.

Segundo o ministro, as operadoras de telecomunicações ainda possuem a demanda de realizar a conexão de 12 mil escolas que dispõem de acesso a eletricidade e 5 mil escolas sem energia, além de melhorar a conectividade de outras 40 mil. Uma parte do contrato desse serviço ficou a cargo das empresas RNP e Via Sat — a Starlink chegou a participar da disputa, mas não foi escolhida. "A capacidade da Via Sat na Amazônia é limitada, ela já está chegando no limite", alertou o ministro, comparando a velocidade da Via Sat (30 Mbps) com a da Starlink (300Mbps).

Faria observou ainda que as empresas têm até 2027 para conectar via 4G todas as escolas localizadas a até 30 km da área urbana, com o risco de perder as faixas de frequência conquistadas no leilão. Até hoje, nenhuma escola foi conectada.

Sobre as qualificações da Starlink para atuar no monitoramento da Amazônia e controle do desmatamento, o ministro afirmou que "o único satélite que tem laser e que detecta o ruído da serra elétrica é o Starlink". Defendeu o 5G como tecnologia eficaz para monitorar a floresta. "Com o 5G não precisa ter 50 operadores de drones, um só operador sobe 200 drones", disse, ao referir-se à velocidade e qualidade de imagem oferecidas pelo satélite, se comparada à observação realizada por drones.

Sobre os custos do monitoramento, o ministro comentou, a título de exemplo, que atualmente o Ministério da Justiça paga anualmente R\$ 40 milhões para que a empresa Planet monitore o desmatamento na região amazônica. Assim, questionou eventual recusa da oferta de monitoramento pela Starlink sem custos.

Os deputados Vivi Reis (PSOL/PA) e Ivan Valente (PSOL/SP), questionaram a realização de monitoramento da Amazônia por uma empresa estrangeira, uma vez que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já monitora a região. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), por sua vez, externou preocupação com o controle e supervisão das informações coletadas por esta rede de satélites.

Sobre essas questões, Fábio Faria esclareceu aos parlamentares que a decisão sobre quais satélites serão enviados para o espaço não é da Agência Espacial Brasileira (AEB), e sim da

União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão da ONU sediado na Suíça, e que cabe a uma empresa norte-americana a chancela sobre o lançamento. “Todos os satélites que passam no espaço já sabem tudo o que se passa aqui, e se eles compartilharem com o governo brasileiro, teremos muito mais informações”, defendeu o ministro.

Sobre o questionamento do deputado Leo de Brito (PT/AC) acerca de possível interferência da Starlink em decisões da Anatel, o ministro rebateu os argumentos de ingerência na agência reguladora, explicando que grande parte das decisões são tomadas por organismos internacionais, e que o País não pode proibir a passagem de satélite por território nacional.

O titular das Comunicações informou ainda que o entendimento na UIT era para que não fosse aprovada a entrada da Starlink no País, para evitar a concorrência com outras operadoras de satélite que atuam no mercado. “O lobby que tinha era para não aprovar, para as que estão aqui não tivessem a obrigação de diminuir preços”, concluiu.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leq.br/evento-legislativo/65160>

30 de junho de 2022

AUDIÊNCIA PÚBLICA: IMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO DE BRASILEIROS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, em 30 de junho de 2022, audiência pública para debater a imigração e a deportação de brasileiros dos Estados Unidos.

Em atendimento ao Requerimento nº 11/2022-CREDN, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), o evento teve por objetivo discutir os impactos da imigração e as condições de detenção e deportação de imigrantes brasileiros vindos dos Estados Unidos.

O deputado Leonardo Monteiro, autor do requerimento de audiência, informou que dados da Polícia Federal revelam que mais de 80 mil brasileiros já foram presos por tentarem atravessar a fronteira do México com os EUA. O parlamentar argumentou que "é essencial que esta Casa utilize de suas prerrogativas a fim de discutir essa situação e propor soluções para garantir oportunidades para os brasileiros no nosso próprio País. E, caso queiram buscar a construção de uma nova vida no exterior, que sejam garantidos a saúde, a segurança e o bem-estar de nossos cidadãos, onde quer que estejam", observou.

Expositores na Audiência Pública:

- Ministro Aloysio Mares Dias Gomide Filho – Diretor do Departamento Consular da Secretaria de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Sueli Siqueira – Professora da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE);
- Júlio da Silveira Moreira – Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA);
- Ester Sanches Naek – Empreendedora social, Juíza de Paz nos EUA e representante dos brasileiros no exterior;
- Edirson Paiva – CEO do jornal *Brazilian Times*;
- César Rossatto – Professor e Cônsul Honorário do Brasil no Texas.

Dados apresentados nos debates demonstraram que o número de brasileiros deportados dos Estados Unidos desde 2019, passa de três mil. Aqueles que conseguem chegar aos Estados Unidos, mas são detidos pelas autoridades migratórias, podem enfrentar até seis meses de prisão. Além das humilhações e constrangimentos, há relatos de que pessoas, incluindo crianças, viajam algemadas e acorrentadas às poltronas dos aviões nos voos de repatriação.

Com mais de 20 anos de trabalho sobre migrações, a professora Sueli Siqueira, da Universidade do Vale do Rio Doce, afirmou que “o migrante não é um pobre, miserável, ele paga entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil para migrar”. Ela destacou que o perfil daqueles que migram também tem mudado. “O desejo de ir para juntar alguma coisa e voltar, já não é a realidade. As pessoas vão para ficar”, afirmou.

Júlio da Silveira Moreira, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, mencionou que, em um dos 66 voos com brasileiros deportados, havia 50 crianças repatriadas separadas dos pais. Ele defendeu o retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, da Organização das Nações Unidas – do qual o País deixou de participar em 2019 – e ressaltou a importância de que a diplomacia brasileira assuma uma posição mais atuante em relação às denúncias.

A representante dos brasileiros no exterior, residente nos EUA, Ester Sanches, calcula que residam naquele país, cerca de 1,8 milhão de brasileiros. “Nos dois últimos anos, com a tragédia da Vale, as pessoas que receberam R\$ 200 mil de indenização, decidiram ir para os EUA”, assegurou. “Precisamos de políticas públicas para os brasileiros no exterior, além de resgatarmos a iniciativa para que os brasileiros no exterior possam ter um representante no Congresso Nacional”, defendeu.

O ministro Aloysio Gomide, diretor do Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores, disse que, apenas nos Estados Unidos, são 11 as repartições consulares. As três maiores estão em Nova Iorque, Miami e Boston. “Também temos 17 consulados honorários, subordinados aos consulados, para atendimento da nossa comunidade naquele país”, disse.

Sobre as deportações, o representante do MRE garantiu que esses brasileiros já teriam esgotado os recursos jurídicos possíveis. “São pessoas que não têm mais condições de recorrer da decisão da Justiça dos EUA. Nós trabalhamos para acelerar o processo de retorno, para evitar que permaneçam presos por períodos longos”, explicou.

O diplomata também lamentou que muitos busquem os chamados “coyotes”, aliciadores, para ingressar ilegalmente nos EUA. Acrescentou, ainda, que os atestados de nacionalidade, que permitem aos indocumentados serem incluídos nos voos de deportação, não são emitidos em três casos: para aqueles que estão há muitos anos nos EUA, não falam português e não têm laços com o Brasil; aos que têm parentes nos EUA, para não separar as famílias; e para aqueles que têm graves problemas de saúde.

Aloysio Gomide destacou, também, que a Polícia Federal mantém dois agentes nos EUA, na região da fronteira com o México. “Eles estão lá para atuar em cooperação com as agências norte-americanas, no combate às máfias que lucram com o tráfico humano”, concluiu.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65736>

6 de julho de 2022

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:
COMPARECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DA
DEFESA, GENERAL PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE
OLIVEIRA**



Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados recebeu, em 6 de julho de 2022, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, para discorrer sobre as prioridades da pasta em 2022 e outros temas da área da defesa.

O ministro compareceu à audiência acompanhado dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos; General de Exército Marco Antônio Freire Gomes; e Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior.

O convite ao ministro decorreu da aprovação do Requerimento nº 1/2022-CREDN, de autoria do presidente da CREDN, deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), subscrito pelos deputados José Rocha (UNIÃO/BA); General Girão (PL/RN) e Marcelo Calero (PSD/RJ) e Requerimento nº 4/2022-CREDN, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC).

De acordo com o deputado Pedro Vilela, presidente da CREDN, "o comparecimento do ministro da Defesa à Comissão faz-se necessário tanto pelo ambiente de maior instabilidade e insegurança mundial desencadeado pela guerra no Leste Europeu, como pelas prioridades e demandas que se apresentam para a nossa Defesa Nacional".

O ministro e os comandantes das Forças falaram à Comissão por mais de 6 horas e responderam aos questionamentos de 26 deputados, abordando temas como o orçamento da Defesa e as eleições.

Em relação ao orçamento, o ministro e os comandantes defenderam o aporte de mais recursos para que as Forças Armadas não percam a capacidade operacional e de dissuasão. O ministro Paulo Sérgio Oliveira disse que o cenário mundial atual com guerras, crises de refugiados e avanço do crime organizado justifica os investimentos. O tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista Junior, comandante da Aeronáutica, disse que mais de 80% da cocaína produzida em países vizinhos transita pelo Brasil. Somente o Exército participou de mais de 170 operações de combate ao narcotráfico em 2021.

De acordo com o general Paulo Sérgio, “a Defesa trabalha uma proposta, que em breve chegará ao Congresso, para retirar do teto de gastos os investimentos feitos nos Projetos Estratégicos”, revelou. Ele também pediu o apoio dos deputados para a aprovação da PEC 17, de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP), que impede o contingenciamento de recursos destinados a atualização e capacitação tecnológica das Forças Armadas.

Os militares foram unânimes ao afirmarem que se o Brasil não aumentar para 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos em Defesa, “o país será engolido pelo avanço tecnológico”. Atualmente, o Brasil destina cerca de 1,3% do PIB para a área de Defesa e é apenas o 6º na América Latina em investimentos no setor.

O ministro Paulo Sérgio também explicou o papel desempenhado pelas Forças Armadas em relação às eleições de 2022. Em resposta a questionamento de parlamentares quanto à participação das Forças no processo eleitoral, o ministro esclareceu reiteradamente que o convite para participar de sua Comissão de Transparência foi do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio de Oliveira, afirmou aos deputados que tem planos e sugestões para todas as fases do processo eleitoral deste ano, inclusive para a fiscalização da votação. Mas afirmou que a última palavra sobre o tema será sempre do Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda de acordo com o ministro, “não há sistema inviolável e nós atuamos de forma colaborativa. Fizemos propostas, algumas aceitas integralmente e outras parcialmente. Nós avaliamos onde podemos colaborar, mitigando ao máximo as possibilidades de um ataque ou uma falha, não somente agora, mas também para o futuro”, explicou.

O presidente da CREDN, deputado Pedro Vilela enfatizou que “vamos trabalhar, na CREDN, para que o orçamento das Forças Armadas tenha previsibilidade. É fundamental que os recursos alocados cheguem aos projetos e programas para, em breve, alcançarmos um mínimo de 2% do PIB, que é o valor destinado pelas grandes potências às suas Forças

Armadas”. Segundo ele, “um país das dimensões continentais do Brasil, não pode negligenciar as suas Forças Armadas, responsáveis, em grande medida, por quase 17 mil Km de fronteiras”, acrescentou.

O deputado Pedro Vilela também agradeceu o apoio das Forças Armadas ao estado de Alagoas, fortemente atingido pelas chuvas. São mais de 50 municípios afetados e pelo menos 40 mil pessoas desabrigadas. “O apoio das Forças Armadas no momento da catástrofe foi fundamental e quero fazer um apelo para que a Defesa ajude Alagoas nas obras de reconstrução e prevenção”, pediu o deputado.

Link para a íntegra da Audiência Pública:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65702>

Capítulo 7

DIPLOMACIA PARLAMENTAR

AGENDAS INTERNACIONAIS REALIZADAS EM 2022

DIA 11/05/2022

- Embaixador da Colômbia no Brasil, Senhor Darío Montoya Mejía

DIA 25/05/2022

- Embaixador da Delegação da União Europeia no Brasil, Senhor Ygnacio Ybáñes e a Chefe da Seção para Assuntos Políticos, Econômicos e de Informação, Senhora Domenica Bumma.

DIA 25/05/2022

- Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Embaixada da República da Venezuela no Brasil, Senhora Maria Teresa Belandria Exposito e o Ministro Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil, Senhor Tomás Silva.

DIA 01/06/2022

- Embaixador do Uzbequistão para o Brasil, Senhor Javlon Vakhobov.

DIA 01/06/2022

- Embaixador da República Islâmica do Irã no Brasil, Senhor Hossein Gharibi.

DIA 13/07/2022

- Embaixador da Índia no Brasil, Senhor Suresh Reddy; Ministro Conselheiro, Senhor Baisnab Pradham; e Primeiro Secretário da Embaixada, Senhor Arjun Deore.

DIA 13/07/2022

- Embaixador do Marrocos no Brasil, Senhor Nabil Adghoghi.

11 de maio de 2022

DEPUTADO PEDRO VILELA DESTACA A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E COLÔMBIA



Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), reuniu-se, em 11 de maio de 2022, com o Embaixador da Colômbia no Brasil, Darío Montoya Mejía. Entre os assuntos tratados, o estado das relações bilaterais e a criação, no Congresso daquele país, do Grupo Parlamentar de Amizade Colômbia – Brasil.

Participaram, ainda, do encontro, os deputados Daniel Silveira (PTB-RJ), presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Colômbia, e Marcel Van Hatten (NOVO-RS).

O diplomata também convidou o presidente da CREDN para uma reunião em Brasília, com o presidente do Congresso colombiano, o senador Juan Diego Gómez, do Partido Conservador Colombiano.

Pedro Vilela e Darío Montoya enfatizaram que os dois países devem trabalhar em conjunto em temas como meio ambiente. Enquanto a floresta amazônica representa 60% do território brasileiro, ela ocupa 8% do território colombiano. “Brasil e Colômbia podem implementar políticas públicas voltadas à Amazônia”, defendeu o Embaixador. “Este é um tema que deve ser trabalhado em conjunto pelos dois países nos foros multilaterais”, emendou o deputado.

Os dois também defenderam uma maior aproximação dos dois países nos temas comerciais e energéticos. A corrente de comércio bilateral supera os US\$ 3 bilhões.

25 de maio de 2022

PRESIDENTE DA CREDN RECEBE O EMBAIXADOR DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL



Em 25 de maio de 2022, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Pedro Vilela, reuniu-se com o Embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez. À ocasião, o embaixador defendeu a ratificação do Tratado de Livre Comércio MERCOSUL – União Europeia, assinado em julho de 2019. De acordo com o chefe da UE, “o acordo MERCOSUL – UE é a melhor agenda de futuro que temos”.

Ybáñez também reconheceu que “não é preciso reabrir as negociações” do acordo apesar das preocupações europeias em relação ao desmatamento e às políticas indigenistas. Ele afirmou que a UE negocia, desde 2020, com o MERCOSUL, a adoção de um documento complementar sobre sustentabilidade e direitos humanos.

“Há grande expectativa por parte de países como Alemanha, Portugal e Espanha, de que o texto seja encaminhado aos respectivos parlamentos para ratificação, ainda em 2022. Essa é a nossa expectativa também”, assinalou Vilela. “Ao longo desses mais de 20 anos e negociações com a UE, o Brasil tem apresentado avanços sólidos em relação aos temas ambientais e possui uma das legislações mais rigorosas do planeta nessa área”, observou o deputado.

Pedro Vilela recordou, também, o trabalho realizado junto à Comissão Mista de Orçamentos, para blindar os recursos destinados ao combate ao desmatamento na Amazônia. De acordo com ele, “há não apenas preocupação, mas sensibilidade por parte do Congresso em assegurar os recursos para que o combate ao desmatamento seja

permanente”, explicou. Ignacio Ybáñez observou, também, que a Comissão Europeia tem uma proposta para limitar o comércio de produtos obtidos com o desmatamento, mas assegurou que esta não é uma medida contra o Brasil, e sim a favor do desenvolvimento sustentável mundial.

Ignacio Ybáñez também transmitiu ao presidente da CREDN o desejo do Grupo Parlamentar União Europeia – Brasil, no Parlamento Europeu, de reunir-se com seus pares brasileiros para tratar de diversos temas de interesse regional e global.

25 de maio de 2022

EMBAIXADORA DA VENEZUELA PEDE QUE A CREDN RETOME AS DISCUSSÕES SOBRE A CRISE NAQUELE PAÍS



Assessoria de Imprensa/CREDN

A Embaixadora Encarregada da Venezuela no Brasil, Maria Teresa Belandria, reuniu-se em 25 de maio de 2022 com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), a quem pediu que retome as discussões sobre a grave crise política que enfrenta o seu país e o seu impacto regional.

Ao elogiar a Operação Acolhida, coordenada desde 2018, pelo Exército Brasileiro, Maria Teresa Belandria afirmou que “se há uma operação, é porque há uma grave crise política na Venezuela. Há uma ditadura, um regime criminoso à frente do governo”. Para ela, “é importante destacarmos a operação, mas não podemos nunca esquecer a causa”, disse.

Ela destacou, ainda, que há ao menos 300 presos políticos no país “que é governado por gente imputada pela Corte Penal Internacional”, acrescentou. Belandria considera o momento político extremamente oportuno para se retomar as discussões em torno da Venezuela. “Não se trata de discutir questões ideológicas, mas de entender que, hoje, a Venezuela é uma ameaça concreta para a segurança regional”, apontou.

Pedro Vilela deverá visitar Roraima para conhecer a Operação Acolhida para avaliação da situação. “Vamos conversar com todos aqueles que fizeram dessa operação um modelo no qual a própria ONU tem se espelhado. Além disso, vamos discutir as questões mais sensíveis que dizem respeito às ameaças impostas por essa crise”, assegurou.

De acordo com as Nações Unidas, cerca de 5 milhões de pessoas já deixaram a Venezuela nos últimos cinco anos e o Brasil seria o quinto destino procurado por eles. Pelo menos 70 mil foram interiorizados no Brasil, incluindo 7 mil indígenas. Desde o início da crise, cerca de 350 mil venezuelanos passaram pelo Brasil em busca de melhores condições de vida.

1º de junho de 2022

UZBEQUISTÃO ACENA COM EMBAIXADA NO BRASIL E AUMENTO DO COMÉRCIO



Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), reuniu-se, em 1º de junho de 2022, com o Embaixador do Uzbequistão para o Brasil, residente em Washington, Javlon Vakhabov. O embaixador revelou o desejo do governo do Uzbesquistão de abrir a embaixada residente no Brasil, em 2023, quando os dois países celebrarão 30 anos de relações diplomáticas. O deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR) também participou da reunião.

Vakhabov havia apresentado suas cartas credenciais em maio de 2022, ao vice-presidente Hamilton Mourão. O embaixador relatou o encontro com o ministro da Ciência e Tecnologia, Paulo Alvim. O Uzbequistão tem grande interesse em aprender a tecnologia agrícola brasileira para a produção de algodão e soja, em terras áridas.

Segundo Vakhabov, desde 2018, o comércio bilateral cresceu sete vezes, atingindo, no ano passado, cerca de US\$ 300 milhões. Javlon Vakhabov também pediu o apoio da CREDN para que o Brasil explore as oportunidades de negócios para o mercado de carnes. Atualmente, o país importa mais de 70% de toda a carne que consome. Além disso, o Uzbequistão quer investir em uma rede de transporte aéreo nacional e tem na Embraer uma referência para a aquisição de aeronaves.

Pedro Vilela destacou a importância de uma maior aproximação entre os deputados dos dois países e defendeu a criação dos respectivos grupos parlamentares de amizade. “Esses grupos têm exercido um importante papel na interlocução e na construção de agendas

sólidas entre o Brasil e os demais países e vamos trabalhar nessa direção também com o Uzbequistão”, explicou.

1º de junho de 2022

IRÃ QUER SUPRIR DEMANDA BRASILEIRA POR UREIA E FERTILIZANTES



O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), recebeu, em 1º de junho de 2022, o Embaixador do Irã no Brasil, Houssein Gharibi. O deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR) também participou da reunião.

De acordo com o diplomata, o Irã bateu recentemente o recorde de exportação de ureia para o Brasil, atracando navios em Santa Catarina e no Paraná, com mais de 1.3 milhão de toneladas do insumo. “Estamos abrindo novos canais de exportação e o objetivo é superarmos os 2 milhões de toneladas ainda em 2022”, afirmou.

Gharibi revelou, ainda, que em julho o ministro da Agricultura do Irã, Seyed Javad Sadati Nejadi, estará no Brasil para um fórum do agronegócio. Na oportunidade, ele se reunirá, também, com produtores brasileiros com o objetivo de assegurar tanto a exportação de ureia e fertilizantes para o Brasil, como de alimentos para o Irã.

Nos últimos anos, o Irã se tornou o principal comprador de produtos agropecuários brasileiros no Oriente Médio, importando principalmente milho, soja e carne bovina. Pedro Vilela lembrou que “os produtos agropecuários brasileiros exportados para o Irã não estão sujeitos às sanções e o país tem sido um grande parceiro comercial, especialmente nesse cenário de crise pandêmica e guerra na Europa”, observou.

No Brasil desde 2020, o Embaixador iraniano deve realizar, em breve, viagem de trabalho aos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Ele já realizou 12 vistas oficiais aos estados brasileiros para fortalecer o comércio do país com as empresas locais.

13 de julho de 2022

EMBAIXADOR DA ÍNDIA QUER BRASIL MAIS ABERTO AOS INVESTIMENTOS DO PAÍS



Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), recebeu, em 13 de julho de 2022, o Embaixador da Índia no Brasil, Suresh K. Reddy. Na oportunidade, o diplomata expressou a sua preocupação quanto aos entraves burocráticos que inibem uma maior presença de empresas da Índia no Brasil.

Apesar dos entraves, os investimentos indianos no Brasil, estimados em cerca de US\$ 6,5 bilhões, apresentaram visível tendência de crescimento nos últimos anos. No Brasil, o investimento daquele país abrange empresas de diversos setores da economia, em operações nos campos siderúrgico, automobilístico, de tecnologia de informação, farmacêutico, agropecuário, eletrônico, de energia e do agronegócio. Suresh K. Reddy destacou a importância das empresas indianas presentes no Brasil e os milhares de empregos gerados, especialmente na área de Tecnologia da Informação.

O presidente da CREDN, deputado Pedro Vilela concordou que é preciso reduzir a burocracia como forma de atrair investimentos e destacou que a Índia, além de parceira

nos BRICS “é uma potência emergente como o Brasil e com um mercado exigente e interessado nos produtos brasileiros”.

Vilela reconhece a Índia como um dos pilares de prosperidade na Ásia, bem como espaço privilegiado para a captação e geração de investimentos. “A Índia apresenta uma das maiores taxas de crescimento entre as grandes economias do mundo, e o Brasil tem especial interesse em aprofundar o relacionamento bilateral, sobretudo no pós-pandemia”, acrescentou.

Suresh K. Reddy também destacou a importância do turismo para os indianos e defendeu que o Brasil se abra mais para recebê-los. Outra área de interesse diz respeito à aviação comercial, em que a EMBRAER pode ser importante parceira. Para se ter uma ideia do gigantismo desse setor, apenas para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, partem, diariamente, cerca de 200 voos da Índia, com turistas.

Além disso, a Índia quer fortalecer a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação. E em relação ao comércio, conta com o apoio do Brasil para a expansão do Acordo de Comércio Preferencial com o MERCOSUL.

13 de julho de 2022

MARROCOS QUER ELEVAR A RELAÇÃO COM O BRASIL PARA UMA PARCERIA ESTRATÉGICA



Assessoria de Imprensa/CREDN

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), recebeu, em 13 de julho de 2022, o Embaixador do Marrocos no Brasil, Nabil Adghoghi. À ocasião, o diplomata afirmou que seu país deseja elevar a relação com o Brasil para uma Parceria Estratégica. Ele destacou, também, que o Marrocos não quer resumir as relações bilaterais ao comércio, mas ampliá-las para os investimentos e os grandes temas da agenda de segurança internacional.

“O Marrocos quer fortalecer as relações bilaterais tendo como base a segurança alimentar e os investimentos de longo prazo, além de um maior engajamento com o Brasil nas questões relativas ao Atlântico Sul e à Segurança Internacional”, explicou. “Para tanto, contamos com a CREDN, uma vez que as relações bilaterais também se sustentam pela dimensão parlamentar”, assinalou.

Durante a conversa, Pedro Vilela também assegurou o apoio da Comissão para a aprovação do Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos, firmado pelos dois países em junho de 2019. “Vamos trabalhar para que este acordo seja aprovado ainda neste ano. Sabemos da importância estratégica do Marrocos para o Brasil, especialmente neste momento, em relação à exportação de fertilizantes. A presença da empresa marroquina OCP no Porto de Itaqui, no Maranhão, é apenas um exemplo dessa parceria”, afirmou o deputado.

O Embaixador do Marrocos detalhou, ainda, as negociações em curso para a assinatura de um acordo entre as autoridades de inteligência dos dois países, para a troca de informações sobre crimes transnacionais. Na mesma direção, externou o interesse marroquino em aproximar-se da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), como forma de ampliar e aprofundar o diálogo sobre temas como o terrorismo. Segundo ele, “não é o espaço que define a ameaça, mas a ameaça que define o espaço”.

Em relação ao Sahara, o Embaixador agradeceu o apoio do Brasil que tem dado aos esforços da Organização das Nações Unidas para que se encontre uma solução negociada para o contencioso. “O Marrocos propõe autonomia à região das tribos, mas com a manutenção da integridade territorial do país”, afirmou.

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Equipe técnica:

Secretário-Executivo:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Equipe:

Clesione Alves Gomes - Chefe do Serviço de Comissão

Marcelo Ramos da Silva – Chefe da Seção de Gestão da Proposição

Adriana Goretti de Miranda Chaves

Ana Claudia de Araujo

Carlos Alberto de Aquino Mariani

Marcelo Rafael Rech

Oswaldo Henrique Pereira Fernandes de Sousa

Estagiária:

Beatriz Lopes Santiago

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Anexo II, Piso Superior, Ala A, Sala 129

CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6738 / 6740

credn@camara.leg.br

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn>

Expediente:

Projeto gráfico e capa:

Equipe Técnica CREDN

Textos e Edição:

Agência Câmara

Assessoria de Imprensa e Comunicação da CREDN

Equipe Técnica da CREDN

Fotos:

Créditos nas imagens